MOVIMENTAÇÃO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados
ISSN Eletrônico: 2358-9205

LEITURAS DO NEODESENVOLVIMENTISMO: UM DEBATE NO INTERIOR DO MARXISMO

Nivalter Aires Santos[1]

RESUMO: Objetivamos analisar o neodesenvolvimentismo no Brasil, neste início de século XXI, a partir do debate no interior da teoria marxista contemporânea, considerando como recorte duas análises distintas, a proposição de Armando Boito Jr., e, por outro, as teses de Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Rodrigo Castelo. Para tornar possível a comparação, utilizamos os seguintes temas: participação popular; comentários sobre o desenvolvimentismo clássico; neodesenvolvimentismo e suas contradições; e, por fim, a crise do neodesenvolvimentismo. As conclusões políticas dos autores distinguem suas propostas diante da crise do neodesenvolvimentismo, enquanto Boito Jr. propõe a articulação da luta das classes populares em acordo com setores burgueses, provavelmente subjugada aos interesses da grande burguesia interna; Plínio Jr. e Castelo propõem a independência das classes subalternas, apontando para uma saída democrática de ruptura com o padrão de acumulação liberal-periférico pelas classes trabalhadoras. Como conclusão aderimos a leitura de Plínio Jr. e Castelo, numa postura mais crítica ao neodesenvolvimentismo, e proposta de saída independente das camadas populares para a crise.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Neodesenvolvimentismo. Marxismo.

READINGS OF NEW DEVELOPMENTALISM: A DEBATE IN THE INTERIOR OF MARXISM

ABSTRACT: The objective of this paper is analyze new developmentalism in Brazil, at the beginning of the 21st century, from the debate within contemporary Marxism, considering in our cut two different analyzes, the proposition of Armando Boito Jr. on the one hand, and, on the other hand, that of Plínio de Arruda Sampaio Jr. and Rodrigo Castelo. As parameters, to make this comparison possible, we use the following themes: population participation; the developmentalism; new developmentalism and its contradictions; and, finally, the crisis of

[1] Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Ciências Sociais (2017) e Bacharel em Ciências Econômicas (2013) pela Universidade Federal de Campina Grande. Endereço Eletrônico: aires.nivalter@gmail.com.

new developmentalism. The different readings point to different political conclusions, in the face of the crisis of new developmentalism, Boito Jr. proposes the articulation of the struggle of the popular classes in agreement with bourgeois sectors; Plínio Jr. proposes independence from the subaltern classes, pointing to a democratic rupture with the pattern of liberal-peripheral accumulation by the working classes. As a conclusion we agree with Plínio Jr. and Castelo, in a critical posture to new developmentalism, and a proposal of independent struggle of the popular layers in the face of the crisis.

Keywords: Developmentalism. New Developmentalism. Marxism.

LECTURAS DEL NEODESENVOLVIMENTISMO: UN DEBATE EN EL INTERIOR DEL MARXISMO

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo analizar el neodesarrollismo en Brasil, en este inicio del siglo XXI, a partir del debate dentro del marxismo contemporáneo, considerando en nuestro recorte dos análisis distintos, la proposición de Armando Boito Jr., y de Plínio de Arruda Sampaio Jr. con Rodrigo Castelo. Como parámetros para hacer posible la comparación, utilizamos los siguientes temas: participación popular; comentarios sobre el desarrollismo; el neodesarrollismo y sus contradicciones; y, por último, la crisis del neodesarrollismo. Las diferentes lecturas apuntan a conclusiones políticas distintas, frente a la crisis del neodesarrollismo, Boito Jr. propone la articulación de la lucha de las clases populares en acuerdo con sectores burgueses; Plínio Jr. propone independencia de las clases subalternas, indicando una ruptura democrática con el patrón de acumulación liberal-periférico por las clases trabajadoras. Como conclusión concordamos con Plínio Jr. y Castelo, en una postura crítica al neodesarrollismo, y una propuesta de lucha independiente de las capas populares ante la crisis.

Palabras Clave: Desarrollismo. Neodesarrollismo. Marxismo.

1 Introdução

Os países da América do Sul, em fins da década de 1990 e começo dos anos 2000, se mostraram um terreno fértil para convulsões sociais e políticas com marca ascendente de luta de classes, em grande medida relacionadas com os sinais de esgotamento do neoliberalismo.

Sem desconsiderar as particularidades das formações econômico-sociais desses países, entendemos que o neoliberalismo com seu discurso pró-imperialista[2], nesse período, entrou em crise, ao menos da forma que havia se apresentado naquele momento. O resultado foi uma crise dos sistemas tradicionais de partido, gerando problema nos regimes políticos e uma

[2] Além do Consenso em Washington, imposto aos países da América Latina, como condição essencial para que pudessem renegociar suas dívidas externas e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais, foi proposto aos países se submeter às forças do mercado, via formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), abrangendo todo o continente, desde o Canadá à Terra do Fogo (arquipélago na extremidade sul do continente), por sugestão do presidente estadunidense George Bush, com o lançamento em l990 de *The Enterprise for the Americas Initiative* (BANDEIRA, 2002).

situação de "ingovernabilidade" (MOLINA, 2001). Aconteceu, em diversas partes da América Latina, um amplo processo de lutas: no México[3], Venezuela[4], Equador, Bolívia[5] e Argentina[6].

Toda essa convulsão na América Latina, somada aos limites do neoliberalismo no Brasil, que podem ser expressos na crise financeira/cambial iniciada em 1999, os sucessivos pedidos de socorro ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a crise energética, etc., abriu possibilidade para a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2002. O triunfo eleitoral do PT, então, foi resultado de uma ampla coalizão que agregou alguns elementos de uma frente popular, com vasto apoio das camadas populares e forte ligação com movimentos de massa, de um lado; e, por outro, com grande interesse da burguesia, que tinha intenção em evitar uma crise nos moldes daquela que aconteceu na Argentina, por exemplo. A vitória do PT no Brasil foi de caráter preventivo, para evitar o acirrado processo de luta de classes dos trabalhadores e camponeses em plena resistência aos ataques do neoliberalismo, como estava acontecendo nos demais países do subcontinente (ABRAMO, 2003; ROJAS; CASTILLO, 2015).

Essa crise inaugurou um novo momento, um novo ciclo de governos defendendo um conjunto amplo de projetos em crítica ao neoliberalismo, com maior ou menor grau de retórica. Foram chamados de diferentes formas (a depender de cada país/projeto): na Venezuela, por exemplo, bolivarianismo ou socialismo do século XXI foram as denominações mais apregoadas, em países como Argentina e Brasil a denominação de "neodesenvolvimentista" parece mais apropriada, levando em conta a identificação e o debate sobre a temática não só na dimensão do governo e das políticas, mas também na academia, em referência às políticas desse novo período com o desenvolvimentismo clássico (1930-1980).

Diante desse cenário, objetivamos analisar o neodesenvolvimentismo no Brasil, neste início de século XXI, escolhendo como demarcação o debate no interior do marxismo contemporâneo[7]. O foco em buscar o que diz a intelectualidade marxista sobre o

[3] Sobre o caso mexicano ver: Caballero; Juáre;, Galvez, (2001).

[4] Sobre o caos venezuelano e equatoriano ver: Bandeira (2002).

[5] Sobre o caso boliviano ver Carvalho (2016); Aguiar (2012).

[6] Sobre o caso argentino ver: Bandeira (2002); Romano; Sanmartino (2002).

[7] Não ignoramos o amplo debate em torno do neodesenvolvimentismo desse início de século, passando pelo pioneiro Novo Desenvolvimentismo, encabeçado por Luiz Carlos Bresser-Pereira, que tem sua origem junto à intelectualidade ligada ao PSDB, agregando bandeiras históricas desse partido, mas que tecendo críticas à gestão

neodesenvolvimentismo se explica pela crítica que vem sendo produzida sobre a temática, em análise aos governos do PT.

O desenvolvimentismo clássico, ao qual costumamos associar o nome de Celso Furtado, até o golpe de 1964; e de Delfim Netto depois da ruptura institucional, a partir de outra perspectiva do desenvolvimentismo, é um movimento teórico/político que nortearam a política econômica brasileira até a década de 1980, quando o projeto entrou em crise junto com os governos militares. Esse desenvolvimentismo do século XX foi objeto de críticas advindas do marxismo expressa por intelectuais do porte de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, o grupo da Teoria Marxista da Dependência: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e outros, que desde diferentes perspectivas e sem homogeneidade, produziram um importante debate sobre os limites do mesmo.

Por entender a importância histórica dessa crítica, é fundamental buscar na leitura do marxismo contemporâneo a crítica do novo fenômeno – o neodesenvolvimentismo – buscando os limites do projeto e o limite, também, da crítica.

Não há homogeneidade entre as análises, por isso dividimos os marxistas que discutem o neodesenvolvimentismo em duas perspectivas[8]: de um lado, Armando Boito Jr., com a proposição de que o neodesenvolvimentismo é uma frente política que agregou amplos setores de diversas frações de classe, sob a hegemonia da grande burguesia interna; de outro, colocamos Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Rodrigo Castelo apresentando-o como uma farsa, remetendo a frase de Marx n'*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, em que a história se repete duas vezes, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa, fazendo a devida adaptação para comparar o desenvolvimentismo clássico como a tragédia e o neodesenvolvimentismo como a farsa.

O texto além dessa introdução, tem uma seção dividida em duas partes para dar conta dessas abordagem mencionadas no parágrafo anterior, e as considerações finais.

---

macroeconômica, principalmente a sua política cambial, fazendo um elogio ao potencial da indústria nacional, desde que dedicada à exportação; O Social Desenvolvimentismo, que nasce das fileiras de intelectuais ligados aos governos do PT, destacando-se Aloizio Mercadante e Marcio Pochmann (embora não se limite apenas a estes), que aparece como uma forma de sistematizar o que estava dando certo nas políticas petistas, principalmente após 2005, como elevação do salário mínimo, do crédito ao consumidor e das políticas sociais, esse projeto dá preferência a políticas que induzam o crescimento via mercado interno (BASTOS, 2012); e ainda o Novo Desenvolvimentistas Pós-keynesianos, representado principalmente por João Sicsú e um conjunto de professores do Instituto de Economia da UFRJ, que, nas análises das correntes do neodesenvolvimentismo acabam sendo diluídas ora em um ora em outro dos grupos mencionados.

[8] Poderíamos incluir outras, Leda Paulani (2017), por exemplo, mas para garantir maior foco, optamos por manter apenas esses dois conjuntos de análises.

2. Leituras Marxistas do Neodesenvolvimentismo

Como parâmetros para tornar possível a comparação e alinhar a discussão, de diferentes perspectivas do marxismo, destacamos os seguintes temas principais: como esses intelectuais entendem historicamente a participação popular no Brasil; os comentários que tecem sobre o desenvolvimentismo clássico, ao analisar o novo fenômeno; o neodesenvolvimentismo e suas contradições; e, por fim, a crise do neodesenvolvimentismo.

Dessa forma, considerando o ciclo neodesenvolvimentista, passando pelo seu surgimento, principais elementos para análise e, por fim, sua crise.

2.1 O Neodesenvolvimentismo como Frente Política

Tomando o neodesenvolvimentismo como frente política, a figura destacada no debate é professor de Ciências Política da UNICAMP, Armando Boito Jr., sobre o qual destacamos, principalmente, os seguintes textos que serão levados em consideração para apreciação crítica dessa perspectiva: *As bases políticas do neodesenvolvimentismo* (2012a); *Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder* (2012b); *Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma* (2013) (Em coautoria com Tatiana Berringer); *A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia* (2016a); *Neodesenvolvimentismo implode, mas governo Temer seguirá instável* (2016b) (entrevista); *Uma crise no caminho do neodesenvolvimentismo* (2016c).

Antes de chegar no que Boito Jr. entende sobre neodesenvolvimentismo, julgamos importante começar pela forma com que ele entende a participação popular ao longo dos processos históricos brasileiros, o que não é algo marginal, mas tem centralidade e perpassa sua análise. Ele entende que o capitalismo no Brasil depende, historicamente, para se desenvolver de algum tipo de participação política das classes populares, isso decorreria das características estruturais da economia, da sociedade e do Estado brasileiros, devido a sua inserção tardiamente e de forma dependente no capitalismo mundial. Sobre isso ele destaca que "*esse fenômeno [participação política das classes populares] se verificou nos momentos mais significativos do processo de modernização capitalista do Brasil, como em 1888/89 e em 1930*" (BOITO JR., 2012a, p. 1).

Esse argumento que perpassa a construção de Boito Jr., especialmente para entender e justificar sua leitura do neodesenvolvimentismo, está na contramão do que defendia Florestan

Fernandes (1975)[9], por exemplo, ao pensar em "revoluções dentro da ordem" ou "revolução pelo alto", propondo justamente que as classes populares foram afastadas dos grandes processos políticos brasileiros. Mas voltaremos a isso na seção seguinte.

Recorrer ao termo desenvolvimentismo para Boito Jr. faz sentido porque o que se vivenciou durantes os governos petistas teria sido "*um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país*" (BOITO JR., 2012a, p. 5), apresentando elementos de política econômica e social que não se encontrava no governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente:

> a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura (BOITO JR., 2012a, p. 5).

O prefixo "neo", agregado ao desenvolvimentismo é explicado pelo conjunto de diferenças com o nacional desenvolvimentismo, especialmente, porque "*o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal*" (BOITO JR., 2012a, p. 6). Dessa forma, Boito Jr. apresenta, basicamente, seis diferenças entre o neodesenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico: o crescimento econômico mais modesto; menor importância para o mercado interno[10]; menor importância para política de desenvolvimento industrial, por estar submetido aos constrangimentos da divisão internacional do trabalho; menor capacidade distributiva da renda; e que o neodesenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda capacidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista.

[9] Ao lado de Florestan Fernandes, podemos incluir Antonio Gramsci (2015) e sua formulação sobre "revolução passiva" que tem relação justamente com ausência de participação ativa das classes populares nos processos de "revolução burguesa" na periferia do capitalismo.

[10] Uma das maiores divergências entre os Novo Desenvolvimentistas e Social Desenvolvimentistas é justamente sobre o foco que deve ser dado ao Mercado Externo ou Interno. O novo desenvolvimentismo defende os benefícios da globalização, e aponta para a importância de políticas industriais intensivos em alta tecnologia, para o mercado externo (BRESSER-PEREIRA, 2016); o social desenvolvimentismo dá grande importância ao fortalecimento e a dinamização do mercado interno (OLIVA, 2010). Mas o fato é que os governos petistas deram grande destaque ao mercado interno, especialmente após 2008 e o estouro da crise capitalista internacional, seja pela elevação real do salário mínimo, ampliação do crédito, desoneração de impostos em alguns segmentos, em estímulo ao consumo, na contramão do que indica Boito Jr.

Diante disso, o neodesenvolvimentismo seria um programa bem menos ambicioso que o seu predecessor, pelos próprios limites do modelo capitalista neoliberal (BOITO JR., 2012a, p. 6). Esta leitura indica que o neodesenvolvimentismo merece críticas pela sua incapacidade de reproduzir o modelo do velho desenvolvimentismo, sem avançar ou recuperar as críticas feitas, por um conjunto de intelectuais marxistas, sobre os limites inerentes ao desenvolvimentismo, e a própria ideia de desenvolvimento na periferia, desconsiderando o caráter dependente do capitalismo brasileiro e a inexistência de uma burguesia nacional, com algum papel progressista ou civilizatório a cumprir.

Vamos, então, ao início da discussão sobre o neodesenvolvimentismo, que é marcada temporalmente, e tem relação com o cenário apresentado no início do trabalho e a chegada do PT à presidência da república. Boito Jr. e Berringer (2013, p. 31) indicam que houve uma mudança no interior do bloco do poder[11], e que a grande burguesia interna[12] brasileira ascendeu politicamente em prejuízo dos interesses do capital internacional e de seus aliados internos. Diante disso, ascensão da grande burguesia interna foi possível graças à constituição de uma frente política que reúne, além dessa fração burguesa, os principais setores das classes populares.

Agora, podemos apresentar a definição que Boito faz de neodesenvolvimentismo: "*uma frente política [...] ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff*" (BOITO JR., 2012a, p. 3). É importante destacar quais são as principais características dessa frente política: A primeira, ela é dirigida pela grande burguesia interna brasileira; uma segunda é que ela envolve, também, classes trabalhadoras: baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal; terceira, a frente mantém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; quarta, a frente é o principal recurso político que permitiu a grande burguesia interna ascender no interior do bloco no poder; e, por

[11] Nicos Poulantzas, de quem Boito Jr. incorpora o conceito, define Bloco no Poder como: "uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominante sob a égide da fração hegemônica*. A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre forças sociais, *encontra-se ele constantemente presente*, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica [...] A própria hegemonia, no interior deste bloco, de uma classe ou fração não é devida ao acaso: ela tornou-se possível, como veremos, através da unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista" Grifos do autor (POULANTZAS, 1977, p. 233-234).

[12] De acordo com Poulantzas (1978), a *burguesia nacional* seria a fração da burguesia com base na formação econômico-social do seu próprio país, que a partir de certo grau e tipo de contradição com o capital estrangeiro ocupa um lugar relativamente autônomo "deste na estrutura e na superestrutura ideológica e política que pode se manifestar como uma posição anti-imperialista e/ou populista. A *burguesia compradora*, por sua vez, é a fração mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas, ela não tem base própria de acumulação de capital, atua como "intermediária" do capital estrangeiro. Ocupando uma posição intermediária entre ambas, está a *burguesia interna*, congregando características e diferenças de ambas as frações.

fim, contraposta a essa frente há outra, denominada neoliberal ortodoxa, que representa o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média (BOITO JR., 2012a, p. 3-4). A frente política, entendida nesta perspectiva, não é só um agregado de classes e frações de classes, mas também um projeto político, que apesar das contradições, acomodaria os interesses das classes e frações que a compõe.

É importante destrinchar o conjunto de classes e frações de classes que compõe a frente política neodesenvolvimentista, especialmente a sua força dirigente – a grande burguesia interna. Ela pode ser encontrada em diversos setores da economia como: mineração, construção pesada, parcela do agronegócio, a indústria de transformação e, também grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional (BOITO JR., 2012a, p. 7).

A frente não poderia acontecer sem um conjunto de contradições, a quem Boito Jr. (2012a, p. 12) destaca como mais expressivas é a que marca o ambiente da grande burguesia interna, destacam-se as contradições entre o capital bancário e o capital produtivo sobre a questão da política de juro e de rolagem da dívida pública; entre a indústria de transformação e o agronegócio sobre os acordos internacionais e a taxa de câmbio, exemplo.

Dentro do marxismo não se pode minimizar as contradições entre as classes trabalhadoras e as diferentes frações da burguesia, mas aparecem apenas de forma secundárias em Boito Jr. (2012a, p. 12), considerando os conflitos entre campesinato e o agronegócio, entre assalariados do setor privado e a burguesia, entre os assalariados do setor público e a burguesia que aspira reduzir o gasto do Estado com pessoal.

A despeito dessas contradições, Boito Jr. (2016c) enfatiza que não presenciamos *luta de classes* no país que oponha classe operária e burguesa, mas somente *conflitos entre classes* num sistema de aliança e de oposição intrincado e complexo, basicamente um conflito distributivo. Nesse sentido a máxima de Marx e Engels (2017, p. 22), no Manifesto do Partido Comunista de que "*a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes*", foi "aprimorado", por Boito, para uma análise de que o que existe é um conflito meramente distributivo entre as classes, no Brasil.

Não estamos dizendo que há na sociedade brasileira presente uma situação revolucionária[13] com o proletariado em armas para derrubada do capitalismo e varrer a burguesia, mas daí a negar a existência da luta de classes é a leitura menos marxista possível

[13] Sobre o tema recomendamos "O Que É uma Situação Revolucionária?" de Leon Trotsky, de 19 de Dezembro de 1931, disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/12/19.htm>>

para avaliar a dinâmica de interesses das classes no capitalismo. Aparenta um malabarismo teórico para justificar e conciliar o inconciliável, que são os interesses de classes antagônicas – as classes trabalhadoras e a burguesia.

Com já foi mencionado, contraposta à Frente Política Neodesenvolvimentista há uma Frente Política Neoliberal, que agrega interesses do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada, e da fração superior da classe média. Politicamente, ou melhor, partidariamente, "*os governos apoiados no PT representam o campo neodesenvolvimentista, do mesmo modo que os governos apoiados no PSDB representaram o campo neoliberal ortodoxo*" (BOITO JR., 2016a, p. 155-156).

Diante desse cenário de disputa, o neodesenvolvimentismo entrou em crise porque, em última instância, depende de uma base social interessada em mantê-la, mesmo diante de interesses contraditórios das políticas econômica, social, externa e cultural dos governos petistas. Depois de 2013, a frente política entrou em declínio, junto com a queda do crescimento econômico, e teve início uma ofensiva política restauradora do campo neo-liberal ortodoxo (BOITO JR., 2016b, p. 9).

A despeito do conjunto de conflitos apontados, a frente política se mantinha unida, mas com a crise essa unidade foi minada, e as contradições internas da frente neodesenvolvimentista se exacerbaram. Alguns "*segmentos do topo e da base do campo neodesenvolvimentista passaram a oscilar politicamente, foram neutralizados ou se bandearam para o lado do campo neoliberal ortodoxo*" (BOITO JR., 2016a, p. 156).

Armando Boito Jr. (2016a, p. 157) entende que as forças que iniciaram uma ofensiva contra o governo Dilma no início de 2013, foram o grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada em reação a nova matriz de política econômica de Guido Mantega, que tinha por base juros relativamente mais baixos, câmbio um pouco mais desvalorizado em relação ao dólar. Após isso, agências internacionais, agências de avaliação de risco, a imprensa conservadora da Europa e dos Estados Unidos, a grande mídia local, os partidos burgueses de oposição ao governo, a alta classe média, e algumas das instituições do Estado que abrigam esse segmento social entraram na luta contra a política do governo.

A despeito de ver participação politica das classes populares nos grandes momentos da história brasileira, inclusive participando da frente neodesenvolvimentista e dos governos petistas, Boito Jr. não analisa 2013 como um momento de participação, e insatisfação contra a experiência neodesenvolvimentista, mas como um simples avanço da frente neoliberal. Ele

não dá grande importância em sua análise as Jornadas de Junho de 2013 e a crise orgânica[14] que se abriu nas ruas, com massiva participação e crítica aos limites do neodesenvolvimentismo.

Aqui não estamos dizendo que as mobilizações não foram capitaneadas pela mídia e pela direita, mas não podemos concordar que foi unicamente isso. Sua análise dá a entender que a participação popular só pode/deve acontecer capitaneada/atrelada/subjugada a alguma fração burguesa e não de maneira autônoma.

Na esteira desse raciocínio, Boito Jr. (2016a, p. 159) segue entendendo que a principal contradição em campo, e que foi determinante para a crise é a contradição que opõe o conjunto do campo neoliberal ortodoxo à frente política neodesenvolvimentista. E só de maneira marginal ou secundária "*a contradição entre as classes trabalhadoras e a burguesia participou da crise*" (BOITO JR., 2016a, p. 159).

Pós-eleições de 2014, no segundo mandato, o governo de Dilma, diante da ofensiva política do campo neoliberal, optou por uma política de recuo e não de resistência, propôs e começou a aplicar o ajuste fiscal, demanda da burguesa neoliberal (BOITO JR., 2016a, p. 161), a escolha de Joaquim Levy como Ministro da Fazenda é emblemática. A outra opção, rejeitada, teria sido mobilizar os setores populares em defesa do seu próprio mandato, e lutar pela manutenção da experiência neodesenvolvimentista, o que não aconteceu.

O resultado é conhecido, em 2016, sem urnas, nem participação popular, Michel Temer do PMDB, que foi vice da Dilma Rousseff, tomou posse da presidência da república, consagrando a vitória da Frente Neoliberal Ortodoxa sobre a Frente Neodesenvolvimentista.

Diante disso, Boito Jr. defende que:

> o movimento popular deve trabalhar no sentido de compor uma frente e um programa que, *sem descartar todo e qualquer acordo com setores burgueses*, abra mais espaço para as classes populares, estabelecendo objetivos mais ambiciosos, como a regulamentação democrática da mídia, a reforma do sistema político, a reforma agrária, uma reforma tributária que onere o capital e os ricos e outras [grifo nosso] (BOITO JR., 2016b, p. 13)

Reforçando o que já foi dito, Boito Jr. trabalha sem uma proposta de independência de classe, com o movimento popular e de trabalhadores rebaixando seu programa ao programa

[14] De acordo com Antonio Gramsci, uma crise orgânica significa, uma "crise de hegemonia da classe dirigente, que se produz seja porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual solicitou ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra) ou porque vastas massas (especialmente camponeses e pequeno-burgueses intelectuais) passaram da passividade política a uma certa atividade e colocam reivindicações que em seu conjunto não orgânico constituem uma revolução. Fala-se de 'crise de autoridade' e isto é precisamente a crise de hegemonia" (GRAMSCI, 2016, p. 61). As crises orgânicas abrem possibilidade tanto para a direita, como para a esquerda do espectro político.

da grande burguesia interna, buscando reconciliação com essa fração burguesa, que, em grande medida, abandonou a frente neodesenvolvimentista. Exemplo emblemático de abandono da frente por parte da burguesia interna é o da FIESP, Boito Jr. (2012b), apresenta longamente como essa organização esteve entusiasticamente ao lado dos governos petistas, mesmo em tempos de crise, como a do Mensalão, mas em 2016, por outro lado, espalhou patos amarelos pela Av. Paulista, pela deposição de Dilma do PT.

Parece contraditório para as classes populares buscarem aliança com setores da burguesia, que não desejam uma aliança, ao invés de propor um plano de lutas independente para as classes subalternas. Está claro que os setores da burguesia tem consciência da inconciliabilidade de interesses, é fundamental que as camadas populares também tenham, para assim conquistarem e assegurar seus direitos de forma independente.

Com essa explanação geral, trouxemos criticamente o que produziu Armando Boito Jr. sobre o ciclo neodesenvolvimentista brasileiro, nesse início de século, passando pelo seu surgimento, principais elementos e crise. A seguir iremos dar destaque a outra análise, também do campo do marxismo, diversa dessa, com uma leitura mais crítica da experiência neodesenvolvimentista dos governos petistas.

2.2 A Farsa do Neodesenvolvimentismo

Outra perspectiva do neodesenvolvimentismo, no âmbito do marxismo, é a do professor do Instituto de Economia da UNICAMP, Plínio de Arruda Sampaio Jr., autor do livro *Crônicas de uma Crise Anunciada: Crítica à economia política de Lula e Dilma*, publicado em 2017, onde reúne artigos produzidos ao longo dos anos de análise desses governos, destacamos principalmente dois aos quais iremos nos referir, *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa* ([2012], 2017a), *Um desfecho melancólico* ([2016], 2017b). E Rodrigo Castelo, professor da Escola de Serviço Social da UNIRIO, sobre o qual destacamos: *O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano* (2009), *Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro* (2011), *O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro* (2012).

Seguindo a tradição de Florestan Fernandes, Plínio Jr. e Rodrigo Castelo, percebem que as camadas populares foram historicamente afastadas dos grandes processos encabeçados pela burguesia no Brasil, no ensaio *O que é Revolução* ([1981] 2012), Florestan Fernandes diz que as sociedades capitalistas que não fizeram nenhum tipo de reforma agrária ou urbana ao

longo do século XX, como se pode perceber nos países da América Latina, que não tiveram uma revolução nacional democrática, "*possuem um enorme espaço interno para as revoluções dentro da ordem*" (FERNANDES, 2012, p. 48).

Sobre essa análise que Florestan faz da "Revolução Burguesa" no Brasil, Sampaio Jr. e Sampaio, apontam para "*a incapacidade de as burguesias dependentes levarem a revolução democrática e a revolução nacional às últimas consequências acaba fazendo com que tempos históricos distintos se misturem em uma mesma situação concreta*" (SAMPAIO JR.; SAMPAIO, 2012, p. 11). Vale destacar também que a "*formação econômico-social brasileira foi forjada pelo desenvolvimento desigual e combinado entre distintos modos de produção, no qual o capitalismo detém o controle econômico, político e cultural frente aos demais*" (CASTELO, 2012, p. 619-620).

No século XX, as revoluções burguesas já tinham passado, o que restou aos países capitalistas da periferia foi uma falsa repetição da história. As revoluções dentro da ordem foram alimentadas pela energia dos países capitalistas centrais (FERNANDES, 2012). Diante dessa perspectiva, entende-se que a formação do Estado brasileiro aconteceu sem uma revolução de fato, mas com uma revolução passiva, uma revolução "dentro da ordem", marcada por sua relação de dependência com os países centrais. Florestan Fernandes vê a situação política-econômica-social dos países periféricos marcada pela integração dependente ao mercado mundial como consequência da própria expansão internacional do capital para as regiões periféricas.

Além disso, leva em consideração o conjunto de escolhas tomadas pelas classes dominantes nacionais, e, em última instância, a falta de organização, consciência e resistências das classes subalternas frente aos processos de exploração e dominação externa e interna, como determinantes para essa configuração das sociedades periféricas (CASTELO, 2011, p. 305). Pode-se sintetizar dessa forma, as camadas populares foram afastadas dos grandes processos da história brasileira, os "ciclos revolucionários" da burguesia aconteceram pelo alto, no Brasil.

Passando para análise do desenvolvimentismo clássico, entende-se que foi um conjunto de reflexões do pensamento crítico no sentido "*de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população*" (SAMPAIO JR., 2017a, p. 150). Sobre esses nós, pode-se dizer que eram, fundamentalmente, criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento

capitalista, através da acumulação de capital. O discurso desenvolvimentista partia da análise de que havia "*estruturas que bloqueavam o desenvolvimento capitalista nacional [que] eram produto de contingências históricas que poderiam ser superadas pela 'vontade política' nacional*" (SAMPAIO JR., 2017a, p. 151), dessa forma, entendiam que não havia incompatibilidade entre capitalismo, democracia e soberania nacional nessas economias da periferia do capitalismo.

O modelo desenvolvimentista dava grande protagonismo para a fração industrial da burguesia, dizendo que a industrialização traria autonomia nacional e modernização dos setores econômicos e sociais mais atrasados da população (CASTELO, 2009, p. 73). A crítica ao desenvolvimentismo veio dos grupos que apontavam que a formação econômico-social brasileira deve ser entendida como subordinada aos interesses de nações imperialistas, e que o sistema capitalista cria e reforça uma relações de exploração e dominação entre as nações do do Sul pelas do Norte (da Periferia pelo Centro, das Subdesenvolvidas pelas Desenvolvidas), nesse sentido a relação de dependência tornou-se um elemento fundamental para a análise (CASTELO, 2012, p. 621-622).

Plínio Jr. (2017a, p. 151-152) destaca muito bem os limites do sonho romântico da existência uma fração burguesa progressista, apontando para a inexistência de burguesias nacionais nesses países latino-americanos, no Brasil em particular, que fossem capazes de enfrentar o conjunto de elementos interno e externos, com vista à superação da dependência e subdesenvolvimento. Rodrigo Castelo (2012, p. 622) complementa destacando que o suposto passado feudal/semifeudal e da existência de uma mítica burguesia nacional, foram prontamente denunciadas por intelectuais como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos.

A reação ao nacional desenvolvimentismo veio com o golpe de 1964, e uma ditadura do grande capital completou o processo de "revolução burguesa" como uma contrarrevolução permanente, aderindo à categoria de Florestan Fernandes. Esse golpe, apoiado pelo império estadunidense, interrompeu violentamente o processo de reformas de base, a contrarrevolução jogou por terra os sonhos desenvolvimentistas, aos menos os que tinham uma dimensão social como os de Celso Furtado, restando uma sociedade mercantil particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática. A ilusão de um capitalismo civilizado ficou adormecida, no Brasil.

O conjunto de grupos progressistas que apoiaram o nacional desenvolvimentismo foram esmagados pós-golpe, por uma ditadura que durou 21 anos. Esse projeto político

mudou de rumo para uma perspectiva autoritária e de relação íntima com o capital estrangeiro, o resultado é que o "*milagre veio, o bolo cresceu, mas a dependência e o subdesenvolvimento persistiram, e as desigualdades socioeconômicas aumentaram, com imensas perdas para a classe trabalhadora*" (CASTELO, 2012, p. 620-621).

Depois da crise do desenvolvimentismo, viu-se o neoliberalismo como negação do planejamento e da intervenção do Estado na economia. Chegando aos anos 2000, depois do cenário apresentado na introdução deste trabalho, encontramos um profícuo debate sobre o neodesenvolvimentismo. Esse projeto se coloca como uma suposta alternativa à crise do neoliberalismo seria uma proposta de terceira via que agravasse o que há de "bom" no neoliberalismo e no velho desenvolvimentismo, rejeitando que há de "ruim" nos dois modelos. Incorporando do neoliberalismo o "*compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional*" (SAMPAIO JR., 2017a, p. 155) e do velho desenvolvimentismo "*comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social*" (SAMPAIO JR., 2017a, p. 155).

Nos governos petistas, a retomada do crescimento econômico, pós-baixíssimos níveis nas décadas anteriores, aumento do salário mínimo, após décadas de arrocho, a melhora na distribuição de renda, o *boom* de consumo financiado pelo endividamento das famílias deram suporte a ideia de que o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. O neodesenvolvimentismo aparece como expressão teórica desse momento.

É importante entender o conjunto de contradições do processo, na medida em que se criou um clima de otimismo entre as diversas frações da classe dominante, também houve um apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT (CASTELO, 2012, p. 614). O crescimento econômico, naquele momento, parecia beneficiar a todos.

O debate neodesenvolvimentista passou ao largo de enfrentar os problemas históricos da formação econômico-social brasileira, ficando limitado a responder a conjuntura imediata. Sem mencionar que a reflexão cabe perfeitamente na pauta neoliberal. O que permite diferenciar o neodesenvolvimentismo de seu aparentado antipopular – o neoliberalismo – é o esforço de atenuar seus efeitos mais nocivos sobre o parque industrial nacional e a desigualdade social (SAMPAIO JR., 2017a, p. 156).

O desenvolvimentismo clássico, pré ditadura, tinha uma retórica mais popular, falava-se em reformas estruturais com apoio das massas, lutas anti-imperialistas e antilatifundiárias,

mesmo que fosse limitada pelas condições estruturais das contradições entre as classes envolvidas, o neodesenvolvimentismo não tem, portanto, esse potencial transformador, nem mesmo no discurso.

O velho desenvolvimentismo tinha suas bases na crença de uma Burguesia Nacional que pudesse enfrentar as grandes tarefas nacionais e democráticas. O neodesenvolvimentismo fica restrito à promessa de crescimento econômico com alguma redução das desigualdades, por um viés economicista.

A despeito de um elogio à indústria nacional, o que se verificou ao longo desses anos de governos do PT, foi desindustrialização, seguida de uma especialização das forças produtivas em *commodities*, que representa, por sua vez, uma reversão neocolonial e uma participação subordinada no mercado mundial (SAMPAIO JR., 2017a, p. 160).

Sobre o fim de ciclo do neodesenvolvimentismo, o ano de 2013 é marcante, porque encerra o período de relativa estabilidade social econômica e política, a crise econômica começou a dar sinais, seguida de crescente aumento da efervescência social, que aponta para uma acelerada decomposição do pacto político neodesenvolvimentista.

Plínio Jr. (2017b, p. 245) destaca que "*a emergência das classes subalternas no cenário histórico (como ocorreu na surpreendente rebelião urbana de 2013) alarmou as classes dominantes em relação ao risco de uma insubordinação dos pobres*". Basta observar o pronunciamento de Dilma, no dia 21 Junho 2013[15], no auge das manifestações, onde discursa no sentido de apaziguar os ânimos, se esforçando para demonstrar que tinha condições de manter o jogo político. É importante lembrar que o conjunto das manifestações que iniciaram motivados contra o aumenta da passagem de transporte coletivo, impulsionados pelo Movimento Passe Livre, logo tomaram outra proporção e atingiram as principais cidades do país, num movimento muito maior de insatisfação.

As mobilizações abriram um enorme campo de disputa entre direita e esquerda da ordem pelo controle do Estado, disputa que, a partir dos constrangimentos do capital, seria meramente, para administrar o grau do ajuste econômico pelo qual o Brasil deveria passar sob pressão das novas exigências do capital, em tempos de crise (SAMPAIO JR., 2017b, p. 245).

Apesar do avanço do campo neoliberal, representado pelo candidato Aécio Neves do PSDB, Dilma Rousseff do PT conseguiu vencer as eleições de 2014, prometendo uma agenda neodesenvolvimentista de continuidade. No entanto, no início do seu segundo mandato, adotou o programa econômico que perdeu nas urnas. Dessa forma, ela isolou-se de uma base

[15] O pronunciamento na íntegra encontra-se no YouTube <<https://youtu.be/ahEY59WxWRE>>.

social e abriu caminho para uma ofensiva reacionária ainda mais poderosa do que a das eleições. No fim de 2015, já fragilizada politicamente, a reação neoliberal ganha corpo através de Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados) e Michel Temer (vice da Dilma), e assim em meados de 2016 o governo ruiu, com participação do Supremo Tribunal Federal abençoando o processo. Dessa forma, a democracia liberal representativa, de baixíssima intensidade, foi golpeada, *"o sonho de que um governo de conciliação de classes seria capaz de criar um Brasil para todos terminou em pesadelo*" (SAMPAIO JR., 2017b, p. 246-247).

Após junho de 2013, houve um acirramento da contradição dos interesses das diferentes classes, e consequentemente acirramento da luta de classes. Os jovens saíram a protestar pelo cumprimento do que havia de progressista na Constituição de 1988; as diversas frações da burguesia, em tempos de crise, apontavam pelo caminho inverso.

Diante desse cenário, Plínio Jr. (2017b, p. 254) aponta para a necessidade política de os trabalhadores, em tempos de ofensiva neoliberal, colocam na ordem do dia a urgência de uma resposta efetiva que impeça o avanço da barbárie capitalista, a saída democrática, então, passa por uma ruptura com o padrão de acumulação liberal-periférico e com o padrão de dominação autocrático que lhe corresponde. Para isso, se propõe uma ruptura radical com a ordem capitalista, fugindo do circuito fechado de escolhas binárias, entre quem vai aplicar o ajuste imposto pelo capital. Quando a luta de classes fica restrita aos marcos da institucionalidade, o potencial transformador e revolucionário da sociedade, se esteriliza, e, em última instância, favorece o processo de reversão neocolonial.

3. Considerações Finais

Considerando a problemática de analisar o neodesenvolvimentismo no Brasil, neste começo de século XXI, a partir do debate no interior da teoria marxista contemporânea, colocando em contraponto duas perspectivas distintas. Com isso encontramos um conjunto de diferenças que conduz a análise por caminhos diferentes, por leituras diferentes do fenômeno e, consequentemente, proposições diferentes diante da crise do neodesenvolvimentismo.

O primeiro aspecto que analisamos foi a forma de entendimento da participação popular. A leitura de Armando Boito Jr. segue pelo caminho de perceber que historicamente há participação política das classes populares nos grandes processos da burguesia brasileira, o que o abre margem para que ele faça uma análise em que, durante o neodesenvolvimentismo, as forças populares tiveram algum espaço de participação ativo na frente política. Por outro lado, Plínio Jr. e Castelo, na esteira de Florestan Fernandes, encaram que a burguesia,

encastelada, age pelo alto, excluindo as camadas populares das suas grandes empreitadas, leitura que pode ser aplicada, também, ao neodesenvolvimentismo e aos governos petistas, que atuou pelo apassivamento das camadas populares, e sem efetiva participação política nesse período.

O segundo parâmetro que utilizamos foi à leitura que ambos fazem do desenvolvimentismo clássico. Em Boito Jr., nos textos analisados, não encontramos uma análise específica do desenvolvimentismo em si, apenas de forma relacional com o neodesenvolvimentismo, dessa forma o que se pode extrair é que a nova experiência merecesse críticas pela sua incapacidade de reproduzir o modelo clássico do século XX. Em Plínio Jr. e Castelo, por sua vez, o desenvolvimentismo aparece como um sonho romântico de que haveria uma facção progressista da burguesia, que teria seus interesses intrinsecamente relacionados com os interesses nacionais, resgatando e atualizando o profícuo debate da segunda metade do século XX, no qual intelectuais de renome do marxismo rejeitaram a existência de tal burguesia.

Sobre o neodesenvolvimentismo, foco deste artigo, Boito Jr. apresenta o fenômeno como uma frente política que agrega diferentes classes e frações de classe, sob a hegemonia da grande burguesia interna, sendo um programa bem menos ambicioso que o nacional desenvolvimentismo. Por outro lado, Plínio Jr. e Castelo fazem uma leitura de que o neodesenvolvimentismo seria uma proposta de terceira via entre o neoliberalismo e no velho desenvolvimentismo, com uma proposta de suposta conciliação de classes, sustentada pelo crescimento econômico, sem fugir dos parâmetros do neoliberalismo, e sem enfrentar os problemas históricos da formação econômico-social brasileira, focando na conjuntura imediata.

O processo de crise do neodesenvolvimentismo tem ponto marcante em 2013, onde para Boito Jr., as forças da frente neoliberal ortodoxa começaram uma ofensiva contra o governo Dilma, em reação à nova matriz de política econômica, no marco de luta inter-burguesa. Outra leitura, de Plínio Jr., é de que em 2013, houve o acirramento da contradição dos interesses das diferentes classes, e consequentemente acirramento da luta de classes, o neodesenvolvimentismo que trabalhava com a conciliabilidade entre diferentes interesses começou a dar sinais de esgotamento. No segundo mandato, Dilma já começou a romper com o projeto, e aplicar o ajuste fiscal antipopular, que foi inteiramente incorporado e aprofundado por Temer.

Diante desse cenário, duas propostas se colocam em contraponto: a de Boito Jr. que envolve a luta das classes populares em acordo com setores burgueses, provavelmente subjugada aos interesses da grande burguesia interna; e, da parte de Plínio Jr., uma proposta de independência das classes subalternas, apontando para uma saída democrática de ruptura com o padrão de acumulação liberal-periférico, que significa uma ruptura radical com a ordem capitalista, pelas classes trabalhadoras.

Trata-se de proposições políticas que: I. tendem a propor a reedição da experiência petista, em um cenário econômico-político-social adverso do que foi a primeira década do século XXI, como é a de Boito Jr.; ou II. uma proposta de valorização da independência das classes populares, como faz Plínio Jr., com incentivo e estímulo ao que foram as ocupações escolares e universitárias em 2016, a Greve Geral de 28 de abril de 2017, para citar duas experiências.

À guisa de conclusão concordamos com Plínio Jr. e Castelo numa postura crítica aos limites do neodesenvolvimentismo e também em relação a proposta de luta independente das classes populares diante da crise, apontando para uma saída que envolve o fortalecimento das experiências de luta citadas no parágrafo anterior. O tempo presente exige da intelectualidade um exame profundo dos processos relacionados com esse período em perspectiva com os acontecimentos históricos, e a análise do ciclo neodesenvolvimentista, como foi o do nacional desenvolvimentismo, é fundamental para se tirar lições e propor uma forma de intervenção coerente com o momento, aprendendo a lição da 11ª tese sobre Feuerbach, de Karl Marx: "*Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo*" (MARX, 2011, pg 535). Dessa forma, o conhecimento produzido deve estar a serviço da transformação social.

4. Referências

ABRAMO, Basilio. Brasil tras el triunfo de Lula. **Estratégia Internacional**. n. 19, 2003. Disponível em: <<http://www.estrategiainternacional.org/Brasil-tras-el-triunfo-de-Lula?lang=es>> Acesso em: 15 fev. 2017.

AGUIAR, Jórissa Danilla Nascimento. **Análise das Interpretações do Governo Evo Morales**: O Legado Histórico e o Novo Bloco no Poder [dissertação]. Natal: UFRN, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a07v45n2.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2018.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 779-810, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea04.pdf>> Acesso em: 06 mai. 2018.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: Classes Sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, n. 47, p. 31-38, set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n47/04.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2018.

BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, n.42, p.155-162, 2016a. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_10_57_34.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2018.

BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, n.17, p. 10-36, 2003. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br./criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-boito.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2018.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas - "O acordo social necessário. Pode o Brasil ter uma estratégia nacional de desenvolvimento?, 2012. São Paulo. **Anais…** São Paulo: FGV, 2012a. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>> Acesso em: 27 fev. 2018.

BOITO JR., Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. *In.* BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (org.). **Políticas e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012b.

BOITO JR., Armando. Neodesenvolvimentismo implode, mas governo Temer seguirá instável. **Revista Adusp**, n. 59, p. 6-13, 2016b. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/59/mat01.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2018.

BOITO JR., Armando. Uma crise no caminho do neodesenvolvimentismo. **História e Luta de Classes**, n. 22, p.83-95, 2016c.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria Novo-Desenvolvimentista: Uma Síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, n. 19, p.145-165, 2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/9/pdf_1>> Acesso em: 27 fev. 2018.

CABALLERO, Mario; JUÁREZ, Martín; GALVEZ, Lucía. Mexico: La larga marcha zapatista hacia el Congreso. **Estratégia Internacional**. n. 17, 2001. Disponível em: <<http://www.ft.org.ar/estrategia/ei17/mexico.htm>> Acesso em: 15 fev. 2017.

CARVALHO, Soraia de. **Estado e luta de classes na Bolívia**: Uma análise comparativa entre a Assembleia Popular de 1971 e a Constituinte de 2006-2009 [tese]. Campina Grande: UFCG, 2016.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, n. 112, p. 613-636, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2018.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **OIKOS**, n. 1, p. 71-91, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/132>> Acesso em: 27 fev. 2018.

CASTELO, Rodrigo. Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. *In.* MALTA, Maria, [et al.] **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

FERNANDES, Florestan. O Desenvolvimento como Problema Nacional [1967]. *In.* **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 149-163.

FERNANDES, Florestan. O que é Revolução. In. FERNANDES, Florestan; PRADO JR. Caio. Clássicos sobre a Revolução Brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MOLINA, Eduardo. Ecuador, Bolivia, Argentina: Lucha de masas y autoorganización. **Estratégia Internacional**. n. 17, 2001. Disponível em: <<http://www.ft.org.ar/estrategia/ei17/ei17americalatina.htm>> Acesso em: 15 fev. 2017.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: análise do governo Lula (2003-2010) [tese]. Campinas: UNICAMP, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286345>> Acesso em: 06 mai. 2018.

PAULANI, Leda Maria. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo?. **Cadernos do Desenvolvimento**, n. 20, p. 135-155, 2017. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/download/32/pdf>> Acesso em: 27 fev. 2018.

POULANTZAS, Nicos. Internacionalização das Relações Capitalistas e o Estado-Nação. In. **As Classes Sociais no Capitalismo Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ROMANO, Manolo; SANMARTINO, Jorge. Crisis de Dominio Burgués: Reforma y Revolución en Argentina. **Estratégia Internacional**. n. 18, 2002. Disponível em: <<http://www.ft.org.ar/estrategia/ei18/ei18regimen.htm>> Acesso em: 15 fev. 2017.

ROJAS, Gonzalo Adrián; CASTILLO, Christian. Crises, Fim de Ciclo de Governos "Pós-Neoliberais" e Luta de Classes na América Latina. In. VII EPMARX, 2015, Campina Grande. **Anais Eletrônicos...** Campina Grande, EPMARX, 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6pWnu4PpHwsZk04bG5EQ0xLems/view>> Acesso em: 04 Jul. 2018.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *In.* **Crônica de Uma Crise Anunciada: Crítica a economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarantes Editorial, 2017a. p. 149-162.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Um desfecho melancólico *In.* **Crônica de Uma Crise Anunciada: Crítica a economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarantes Editorial, 2017b. p. 244-255.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda; SAMPAIO, Plínio de Arruda. Apresentação. *In.* FERNANDES, Florestan; PRADO JR. Caio. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TROTSKY, Leon. **O Que É uma Situação Revolucionária?** Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/12/19.htm>> Acesso em 10 mai. 2018.

Recebido em maio de 2018
Aprovado em dezembro de 2018